



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

ÁREA DOS PAKAA-NOVA

P. I. RIO NEGRO-OCAIA

P. I. RIBEIRÃO

Rinaldo Sérgio de Arruda Vieira

MARÇO

- 1984 -



112

## AVALIAÇÃO DA ÁREA DOS PAKAA-NOVA

---

### Introdução

Este relatório apresenta os resultados da pesquisa realizada de meados de janeiro a meados de fevereiro de 1984, na reserva indígena do rio Negro Ocaia e na do Igarapé Ribeirão, ambas integrando a Ajudância de Guajará-Mirim, sob a jurisdição da 8a. Delegacia Regional da FUNAI em Porto Velho, Estado de Rondônia.

Os dados foram colhidos na sede da Ajudância, na Casa do Índio, na Prelazia de Guajará-Mirim, com os missionários da New Tribes Mission e com os próprios índios durante a estadia nas referidas reservas.

Três ordens de fatores impediram um maior aprofundamento da pesquisa. Em primeiro lugar, a quase ausência de dados etnológicos anteriores. Em segundo, o fato de minha estadia ter coincidido em parte com a época de coleta de castanha, quando a quase totalidade dos índios se ausentam da aldeia, internando-se na mata com suas famílias, em locais distantes e diversos, por cerca de 20 dias seguidos. E, em terceiro lugar, um certo "retraimento" dos índios devido em parte ao passado de violências e massacres de que foram vítimas e, em parte, em virtude da presença inibidora dos representantes da New Tribes Mission, com sede na área do rio Negro Ocaia.

Apresentarei primeiro algumas informações gerais sobre o grupo e, em seguida a situação de cada uma das reservas em separado, iniciando por uma caracterização geral (incluindo aí o item Terra), depois pela situação de saúde, atividades produtivas, educação e administração. Na última parte discutirei a questão da atuação da Missão Protestante New Tribes do Brasil.

## I. Grupo Indígena Pakaa-Nova - Algumas Informações Preliminares

Os Pakaa-Nova parecem ser de família linguística isolada<sup>(1)</sup>, habitantes tradicionais da região limitada de um lado pela margem direita do rio Mamoré e de outro pela Serra dos Pakaas-Novos, estendendo-se seu território para o sul até a região do rio Negro ou Sotero e para o norte até a região do rio Ribeirão. Esse grupo se auto denomina Oro-Wari e possui seis subdivisões (entendidas como sub-divisões clânicas pela FUNAI e pelos missionários). Essas sub-divisões são: Oro Nao (os morcêgos), Oro-Mon (os fezes), Oro-Eo (os barrigas-cheias), Oro-Waram (os macacos pretos), Oro-Waram-xien (os outros macacos pretos), e Oro-At (os caneludos). A FUNAI aponta ainda uma outra subdivisão, os Oro-Win, dizimados por ataque de seringueiros em 1962, cujos sobreviventes, apenas três famílias encontram-se hoje no P.I. Rio Negro Ocaia. Porém, pudemos constatar que na verdade esse grupo não é Pakaa-Nova, não falam a mesma língua, não se consideram e não são considerados como tal pelos Pakaa-Nova, que os acolheram a pedido da FUNAI.

Os Pakaa-Nova eram conhecidos já desde o século XVIII mas, afastando-se dos rios usados por bolivianos e brasileiros, conseguiram evitar contato até o final do século XIX, quando o avanço da frente extrativa da borracha começa a alcançá-los ao penetrar cada vez mais profundamente nos vários afluentes do rio Madeira Mamoré. Há notícias da descoberta de uma aldeia Pakaa-Nova em 1910, por um grupo de reconhecimento da Madeira Mamoré Railway Company, quando vários índios foram aprisionados e exibidos em Porto Velho.

No entanto, apesar da construção da estrada de ferro, o ímpeto de penetração em seu território começa a se reduzir a partir de 1911 com o colapso do mercado mundial da borracha, e passa a refluir nas duas décadas seguintes.

Em 1942, com a ocupação da Malaia pelos japoneses (responsável pela maior parte da produção mundial da borracha), reacende-se o interesse pela borracha brasileira ocasionando um novo



119

surto de penetração e ocupação do rio Madeira e seus afluentes. A partir dessa década inicia-se a ocupação do rio Pacaas Novos pelos seringueiros, transformando-se na década de 50 no afluente do Madeira mais densamente habitado, com o maior número de "colocações" da região.

A maior parte dos colonos vinham dos Estados do Nordeste, sem experiência anterior de contato com índios, pelos quais nutriam imenso pavor. As chacinas de índios e seus contra-ataques tornaram-se rotina, criando um estado de insegurança e perigo que tendia a dificultar a expansão dos seringais. Além disso, a descoberta de cassiterita no início dos anos 50, ampliou o ritmo de colonização de Rondônia, criando ainda maior interesse na neutralização dos índios.

Paralelamente às frequentes expedições punitivas que continuavam a se suceder, representantes dos interesses econômicos locais ofereceram à New Tribes Mission um local para o estabelecimento de um posto de atração na confluência do rio Pacaas Novos com o rio Ouro Preto, prometendo ainda ajuda financeira nos esforços de pacificação. Em 1954 já havia três postos de atração, esse primeiro que se tornou o Posto Tanajura, outro no rio Lage (nesses dois se associaram o Serviço de Proteção aos Índios - SPI - e a New Tribes), e um terceiro no igarapé Ribeirão sob a responsabilidade exclusiva do SPI.

Em 1956, a partir do Posto Tanajura, foram pacificados os Oro Waram, que imediatamente após o contato sucumbiram em grande número vitimados por epidemia de gripe.

Até 1960 nem os esforços do SPI, nem os da New Tribes conseguiram sucesso na pacificação dos restantes Pakaa-Nova que habitavam as cabeceiras do rio Pacaas-Novos e do rio Negro. A situação era muito tensa e as expedições punitivas dos "barões" da borracha se alternavam com os contra ataques dos índios. Mesmo o posto do igarapé Ribeirão não havia atraído até então nenhum Pakaa Nova, mas somente índios Makurap, Jaboti, Guajarã e Canoê, que haviam sido removidos de seus territórios tradicionais.

Neste ano, 1960, com a ajuda dos Oro Waram sobreviventes,

foi estabelecido contato com os Oro Waram Xien e com os Oro Mon, nas cabeceiras do igarapé Ribeirão. Em 1961 uma parte dos Oro Waram foi removida para o rio Negro Ocaia na tentativa de pacificar os restantes Pakaas Novas: os Oro At, Oro Eu e Oro Nao, o que veio a se consumir no final do mesmo ano.

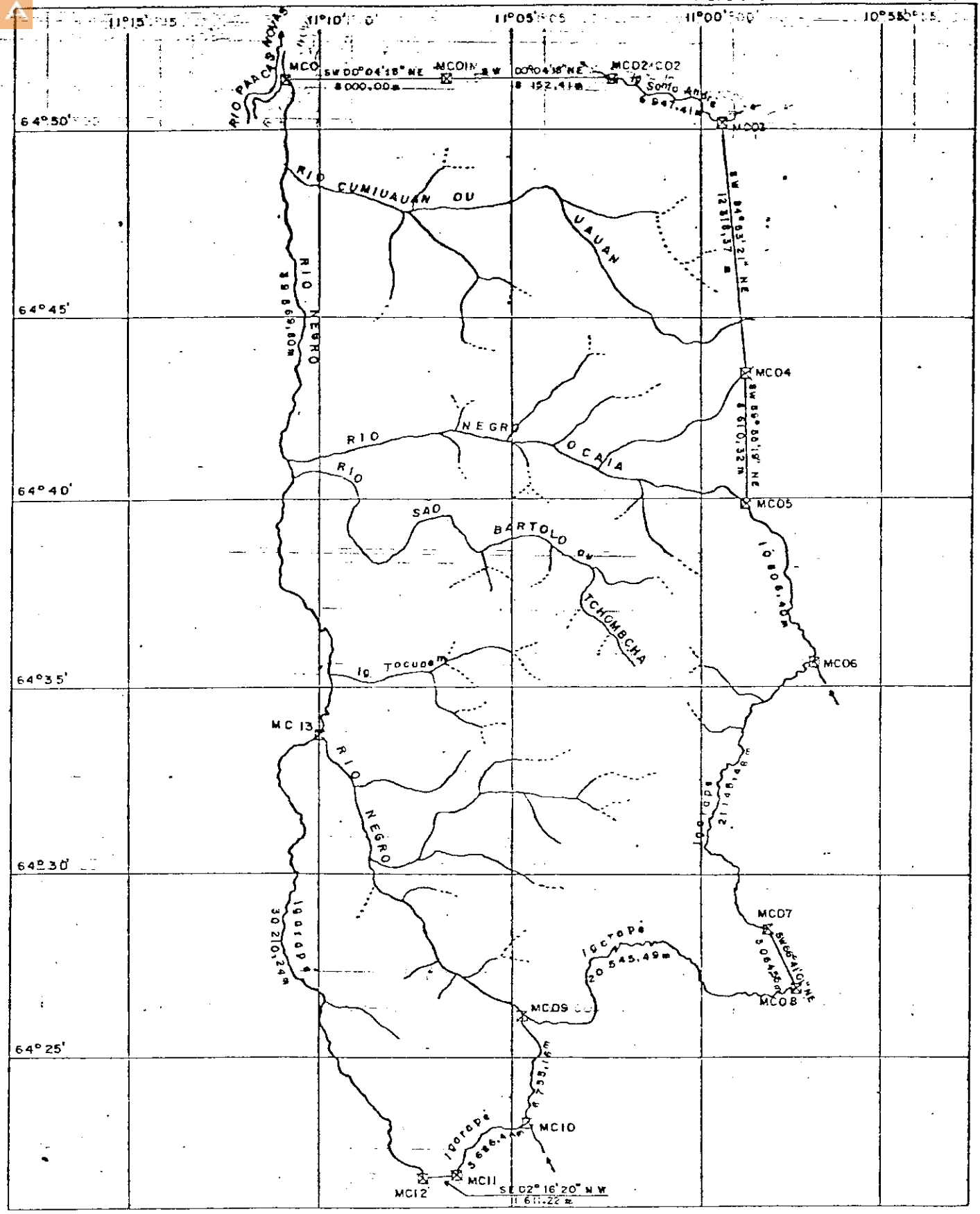
Nos três casos (1956, 1960, 1961) o resultado foi trágico pois violentas epidemias se sucederam aos contatos provocando enorme mortandade em todas as aldeias da região. Além disso, há denúncias de que, por um acordo feito com os "barões" da borracha, metade dos índios pacificados ficavam a seu "serviço" e a outra metade pertencia ao SPI, que também os colocava no serviço de extração da borracha.

Massacrados pelos seringueiros, pacificados pelo SPI e pela New Tribes do Brasil, dizimados por epidemias sucessivas, os Pakaas Nova foram enfim neutralizados, permitindo a ocupação tranquila do atual Estado de Rondônia.

De uma população calculada entre 4.000 e 5.000 indivíduos na época da pacificação, restavam em 1968 no máximo um terço da população original e, em 1983, segundo os dados da FUNAI, restavam cerca de 1050 índios: 973 sob os cuidados da FUNAI e da New Tribes e cerca de 78 na colônia Sagarana, aos cuidados da Arquidiocese de Guajarã-Mirim.

Suas sub-divisões clânicas (assim classificadas pela FUNAI) parecem ter sido tradicionalmente grupos endogâmicos. A enorme mortandade da população passou a impedir os casamentos apropriados, desorganizando seu sistema de parentesco, provocando o desaparecimento de muitos costumes e práticas culturais e promovendo uma perda de complexidade das que restaram.

O processo de descaracterização cultural e crescente dependência da sociedade nacional foi ainda acentuado pela atuação da New Tribes do Brasil, ao proibir certos rituais, cerimônias e costumes que não expressavam apenas valores morais diferenciados mas que eram também, e principalmente, sustentáculos de relações sociais necessárias para a reprodução de seu modo de vida.



REGISTRO NO SPU Nº RO-67/81

SINAIS CONVENCIONAIS

- MARCO DE CONCRETO
- CURSO D'ÁGUA PERMANENTE
- CURSO D'ÁGUA INTERMITENTE

<b>MINISTÉRIO DO INTERIOR</b> <b>FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI</b> DIRETORIA DE PATRIMÔNIO INDÍGENA - DPI			
DENOMINAÇÃO <b>ÁREA INDÍGENA RIO NEGRO OCAIA</b>		PLANÇA DE <b>DEMARCAÇÃO</b>	
MUNICÍPIO: <b>GUAJARA-MIRIM</b>		ÁREA: <b>104 063,814ha</b>	PERÍMETRO: <b>181,42 km</b>
UF: <b>RONDÔNIA</b>		ESCALA: <b>1:265 000</b>	DATA: <b>08/12/76</b>
U.A.D.M.: <b>8º DR</b>		PROCESSO Nº: <b>03299/76</b>	EXECUTANTE: <b>PLANTEL LTDA</b>
DESENHO:  <b>LEVID NATAL</b>	TEC. RESPONSÁVEL: FUNAI/DESA/DIR. ARQUITETURA C/SA/MS/70/15/RES.	CONFERIDO:  <b>NEY DA FONSECA</b> CHEFE DA DDP	VISTO:  <b>OCTÁVIO FIGUEIREDO</b> DIRETOR DO DPI



Atualmente os Pakaa Nova vivem em cinco reservas: a do P.I. Lage e do P.I. Igarapé Ribeirão sob o controle exclusivo da FUNAI; a do P.I. Pakaa Nova e a do P.I. Rio Negro Ocaia dirigidas pela FUNAI e pelos missionários da New Tribes e uma última, a Colônia Sagarana, em terras de propriedade da Arquidiocese de Guajará-Mirim e não considerada pela FUNAI como área indígena.

Esse relatório se ocupará apenas das áreas indígenas rio Negro Ocaia e Igarapé Ribeirão, sendo as outras áreas objeto de outro relatório.

## II. Área Indígena Rio Negro Ocaia

Essa área, onde se localiza o P.I. Rio Negro Ocaia, teve seus limites homologados pelo Presidente João Baptista Figueiredo através do Decreto nº 86.347 de 09 de setembro de 1981 (anexo), que demarca uma área de 104.063 hectares no Estado de Rondônia.

A sede do P.I. se localiza à margem direita do Rio Negro Ocaia, afluente do rio Pakaas Novos. O acesso se dá exclusivamente por via fluvial, percorrendo-se uma distância de aproximadamente 110 Km. de Guajará-Mirim, através dos rios Mamoré, Pakaas Novos e Negro Ocaia. Esse percurso é feito em aproximadamente cinco horas na estação das chuvas e em dois dias (incluindo-se um pernoite) na estação seca.

Pelos dados dos relatórios da ajudância e pelo mapa do INCRA, a reserva limita-se ao norte com terras da União, ao sul com o rio Negro Ocaia, a leste com terras da União e a oeste com terras da União. Porém, segundo informações dos índios, nos limites leste e oeste da área encontram-se instalados alguns seringais que, atualmente, não tem mais usado mão-de-obra Pakaa-Nova. Tive a oportunidade de conhecer um desses seringalistas, instalado na área há mais de trinta anos, e ouvi falar de outros instalados há mais ou menos o mesmo tempo.



Até agora não ocorreu nenhuma invasão da área. Porém, com a tendência ao aumento da penetração na área, e com a possível construção da rodovia Ariquemes - Guajará-Mirim é provável que isso venha acontecer em futuro próximo.

A demarcação realizada até agora é apenas administrativa, isto é, não foram feitas as picadas demarcatórias e nem cravados os marcos de cimento estabelecendo concretamente os limites. É recomendável que isso seja feito o mais rapidamente possível, prevenindo-se possíveis conflitos de terra a curto ou a médio prazo.

O solo é do tipo Gley Distrófico<sup>(2)</sup>, arenoso, de alta permeabilidade, com reduzida reserva de nutrientes para as plantas. Com manejo tradicional sua fertilidade é baixa. O uso de corretivos e fertilizantes pode melhorar a produção mas o alto custo será uma barreira à sua utilização. Os índios conseguem tirar o necessário à sua sobrevivência, com as culturas de milho e mandioca principalmente; mas para isso usam o mesmo solo uma só vez, rodiziando o lugar das roças. Uma diminuição de seu território causada por eventuais invasões facilitadas pela não demarcação de seus limites, poderia trazer novos problemas aos Pakaa-Nova. Tenderia a inviabilizar o plantio em rodízio, criando a necessidade de correções e fertilizantes, investimento de alto custo, com poucas possibilidades de realização.

### III. Características Gerais, População e Saúde

A única aldeia da reserva situa-se à margem direita do rio Negro Ocaia, onde se localizam também as instalações da FUNAI (casa de farinha, cantina, casa do rádio, casa sede, casa do gerador, enfermaria, escola, barracão da merenda e as da New Tribes do Brasil: residência dos missionários e igreja.

Segundo informações do chefe de posto, só a escola e a cantina foram construídas com verba do Polonoroeste, estando em boas condições. A enfermaria já tem alguns anos e tendo sido





construída em cima de antigo depósito de lixo, solo pouco firme, apresenta uma parede rachada, necessitando de reparos. A casa sede encontra-se também em péssimas condições devendo ser reformada ou construída uma nova.

Existe também um campo de pouso, novo, aberto em 1983, em bom estado mas necessitando uma ampliação de mais duzentos metros e aumento das laterais, para permitir maior segurança de pouso e o uso de bimotores.

A aldeia propriamente dita conta com 42 casas, a maior parte delas de duas águas de palha de urucuri, sendo metade da área coberta constituída de um cômodo com soalho e paxiuba acima do solo, apoiado em quatro esteios de sustentação e paredes de paus roliços apertadamente enfileirados. As casas espalham-se em torno do campo de futebol e em ambos os lados do início da pista de pouso (ver croqui anexo).

Não tem sanitários e a água utilizada é a do rio Negro Ocaia. Existem dois poços na aldeia mas servem respectivamente, apenas as instalações da FUNAI (casa sede, escola e enfermaria) através de um motor à diesel e a casa residência dos missionários, através de bomba manual. O lixo costuma ser juntado e queimado.

A administração do Posto conta com dois barcos de alumínio e dois motores de popa, um de 15 HP e outro de 25 HP, usados como único meio de transporte de pessoas e produtos para Guajarã-Mirim. Os missionários contam com seu próprio barco e motor que, quando usado para transporte de índios ou mercadorias (formalmente serviço da FUNAI) tem seu combustível pago pela Ajudância. No porto principal, em frente a casa sede, existe ainda um barco grande de madeira, com cobertura de alumínio, do tipo que usa motor de centro, apodrecendo no rio. Segundo informação obtida com os índios e com funcionários da FUNAI, o barco pertence à comunidade, seu motor está quebrado há quase dois anos e necessita ser refeita a vedação do casco, através do qual continuamente mina água.

O Posto possui ainda um rádio transmissor receptor que faz



a comunicação diária com a Ajudância em Guajará-Mirim.

### III.1. População

Segundo dados do relatório de Omar Landi Santos, (quadro em anexo) em 1977 a população era de 194 pessoas, 105 homens e 89 mulheres. Em 1979 era ainda de 194 habitantes, 99 homens e 95 mulheres. Em 1982 havia subido para 259 indivíduos e em 1983 para 268, sendo 134 homens e 134 mulheres, segundo os dados da FUNAI. Porém, esses dados não nos permitem concluir muita coisa, pois dada a mobilidade dos índios que realizam visitas prolongadas (até de alguns meses) entre as aldeias, algumas vezes mudando-se definitivamente, não foi possível isolar desses números o crescimento vegetativo da população desta reserva.

Por outro lado, o registro de nascimentos e óbitos acusa nos últimos anos (1981, 1982, 1983) a morte de 5 pessoas e o nascimento de 27 crianças, indicando um crescimento real da população em cerca de 7,3 pessoas em média por ano, com um total de 22 pessoas nos últimos três anos.

O fato do chefe de posto encontrar-se em gozo de férias e os arquivos trancados nos impediu de conseguir dados mais completos sobre este item.

Apesar da população contar com famílias de todas as subdivisões clânicas dos Pakaa-Nova, nesta reserva predominam os Oro Nao. Os Oro Win, tidos incorretamente como uma das divisões dessa nação indígena são apenas 8 indivíduos, constituindo-se em 3 famílias. Uma delas com pai e mãe Oro Win e 4 filhos, dois meninos e duas meninas. A outra constitui-se de um índio cabixi casado com uma Oro Win, com 5 filhos e a última é formada por um índio Oro Win casado com uma mulher Oro At, com 3 filhos. Como a descendência é matrilinear os filhos da segunda família (cabixi com Oro Win) são considerados também Oro Win, subindo seu número para 13 indivíduos. Havia também outra mulher Oro Win, viúva, que atualmente não se encontra mais na reserva.



Como já foi colocado no início do relatório, os Oro Win constituem-se de sobreviventes de uma outra nação indígena, mas sacrada pelos seringueiros em 1962. Depois de anos de trabalho escravo nas colocações de borracha, conseguiram contatar a FUNAI que, supondo-os pertencentes à nação Pakaa-Nova, os alocou no P.I. Rio Negro Ocaia há cerca de 4 anos.

Parecem estar bem integrados nesta reserva. Porém, vão gradativamente deixando de usar sua própria língua, substituindo-a pelo português e pela língua Pakaa Nova, e cessando a transmissão de sua memória tribal. Seria recomendável que a FUNAI procurasse determinar corretamente a filiação cultural desses sobreviventes e fizesse um esforço para localizar, se porventura existirem, outros remanescentes dessa mesma tradição cultural.

### III.2. Saúde

A enfermaria da aldeia possui quatro leitos, farmácia e residência da atendente. As instalações sanitárias constituem-se de uma fossa aberta, num pequeno barracão atrás da casa.

O atendimento na área em geral fica a cargo de uma atendente de enfermagem que estabelece o diagnóstico e aplica os medicamentos necessários. Se o caso se complica o doente é encaminhado à Casa do Índio em Guajarã-Mirim, dirigida por uma enfermeira de nível universitário e contando ainda com os serviços de 4 atendentes e de dois médicos, os quais trabalham em horários alternados, recebendo honorários de Cr\$ 120.000,00 por mês (fevereiro de 1984).

A Casa do Índio só não faz cirurgia e tratamento dentário que, quando necessários, são realizados na Casa de Saúde de Guajarã-Mirim, ao lado da Casa do Índio.

Além disso, a reserva conta (ou deveria contar) com visitas periódicas da Equipe Volante de Saúde - EVS, sediada em Porto Velho, que atende a região da Ajudância de Guajarã-Mirim, Acre e Sudoeste do Amazonas.

Apesar dessa rede de atendimento, a assistência à saúde sofre de sérias deficiências de funcionamento. A maior parte do tempo a aldeia tem ficado sem atendente de enfermagem (chegou uma nova no momento em que me retirava da aldeia) e nessas ocasiões os índios são atendidos pelo funcionário que estiver na área (professor, chefe de posto, etc.) ou pelos missionários da New Tribes, que, como pude observar, distribuem remédios em abundância mas sem verdadeiro conhecimento de causa. Com isso os índios tomam remédios em demasiada quantidade, sem controle de sua eficácia ou necessidade, em dosagens nem sempre corretas.

A equipe da EVS, por sua vez, que deveria dar uma cobertura sistemática nessa área, raras vezes aparece. Em 1983 fez apenas uma rápida visita em novembro, não realizando controle de vacinação. A última vacinação contra tuberculose foi feita em 1981.

No entanto, é justamente a tuberculose um dos principais problemas de saúde que afligem esta reserva: registraram-se em 1978, 8 casos de tuberculose; em 1979, 25 casos; em 1980, 11 casos; em 1981, 17 casos; em 1982, 19 casos e, em 1983, 14 casos e uma morte.

Porém, esses são apenas os casos detectados, pois, como não são feitos exames de escarro periódicos em toda a população, os casos só são confirmados quando a doença encontra-se em estágio bastante avançado e os pacientes quase à morte, sendo removidos para a Casa do Índio para tratamento. Aí ficam internados por volta de uma semana sendo em seguida reconduzidos para a aldeia onde seguem tratamento sob o controle da atendente. É de se supor que os casos sejam em maior número e tendam a crescer, por falta de vacinação e controle.

Além da tuberculose e doenças pulmonares como gripe, bronquite e pneumonia, a malária e a verminose são os grandes flagelos da reserva.

A incidência da malária é bastante alta, registrando-se aproximadamente um caso diário no conjunto das áreas Pakaa-Nova. Como não são feitos exames de lâmina nos Postos, o tratamento é



desenvolvido com base na intensidade dos sintomas, nunca se sabendo ao certo qual o tipo de malária contraído. Segundo a enfermeira da Casa do Índio, em 1983 houve uma diminuição dos casos atendidos mas, para um contróle mais eficaz da doença seria necessário se proceder à limpeza periódica dos igarapés e a dedetização das casas.

A verminose é crônica e atinge praticamente toda a população da área, não havendo também contróle e tratamento eficientes. Os exames de fezes são feitos apenas na cidade, nos índios que chegam para tratamento na Casa do Índio.

Provavelmente incentivado pelo serviço precário e em geral não especializado, o consumo exagerado e indiscriminado de remédios parece ser hábito bastante difundido entre os índios desta reserva.

Suas formas tradicionais de cura (através de pajelança) são vistas negativamente pelos funcionários desta área e principalmente pelos missionários, sendo bastante desestimuladas e mesmo reprimidas. Parecem não ser mais usadas, pelo menos abertamente.

O funcionamento da Casa do Índio encontra-se bastante desorganizado, apesar do esforço de seus funcionários. Ocorre uma superposição de funções da enfermeira chefe: esta deveria apenas supervisionar a equipe de enfermagem, planejando e coordenando a assistência na cidade e nos Postos. Porém, ela acaba também administrando todos os serviços da Casa do Índio: desde limpeza, fornecimento de alimentação e cozinha, lavagem de roupa e arrumação dos leitos, prejudicando a eficiência de suas funções principais.

#### Principais Problemas e Recomendações

Em primeiro lugar é necessária uma melhor orientação do pessoal na área no sentido da compreensão e respeito às práticas tradicionais indígenas e de maior cautela na distribuição de remédios.

É imprescindível também que se dinamize a equipe de enfer-

magem da Casa do Índio para que visitem regularmente as reservas, realizando o controle da tuberculose, verminose e malária através de exames periódicos, em toda a população, de escarro, de fezes e de lâmina.

Que a enfermaria da aldeia seja equipada com material de microscopia e a atendente de enfermagem seja preparada para realizar esse controle.

São necessárias visitas mais regulares da EVS - pelo menos 3 vezes por ano -, controle efetivo de vacinação e um tratamento dentário decente, que não se limite a arrancar os dentes, já completamente estragados, dos índios que vão à cidade.

Além disso, para controle mais efetivo da verminose, seria recomendável a abertura de dois poços grandes na aldeia e a compra de duas bombas d'água manuais, para que se evite o consumo da água do rio, maior fonte da verminose.

#### IV. Atividades Produtivas

Tradicionalmente os Pakaa Nova tem sua unidade de produção e consumo na família extensa, matrilocal, com o trabalho masculino baseado na cooperação entre genros e o sogro. Fazem roças familiares principalmente de milho (principal produto cultivado) e de mandioca, além de praticarem a caça e a pesca, ainda abundante na região. Hoje em dia plantam também arroz, feijão, melancia, abóbora, batata doce, cará e banana.

Superposto a esse modelo tradicional acresce-se hoje em dia a extração da borracha e a coleta de castanha realizadas também por cada família separadamente e os projetos coletivos de roças comunitárias realizados sob o controle e orientação da FUNAI.

Essas atividades já foram bem analisadas e descritas em relatório anterior<sup>(3)</sup>, portanto limitar-me-ei a comentar e enfatizar alguns problemas decorrentes do planejamento e atuação do órgão tutelar nesta reserva.



É característica marcante da FUNAI a realização de projetos econômicos sem levar em conta as especificidades de cada grupo indígena e de cada reserva. Roças coletivas, envolvendo o trabalho de indivíduos de várias famílias, sob uma direção centralizada, com horários e ritmos de trabalho próprios da sociedade nacional é prática estranha aos Pakaa-Nova.

Em primeiro lugar esses projetos interferem na autonomia política do grupo, na medida em que não permitem a participação dos índios no planejamento e organização do trabalho, usando-os tão somente como mão-de-obra. Em função disso, os índios que trabalham nesses projetos são o fazem contra pagamento e depois de muita pressão por parte da administração local. Em 1981/82 os planos previam o plantio de 20 ha. de arroz, 40 ha. de milho e 45 ha. de mandioca. Plantou-se apenas 12,5 ha. de arroz, 25 ha. de milho e 21,3 ha. de mandioca. Essa produção deveria ser comercializada propiciando uma renda monetária que sustentasse a continuidade dos projetos econômicos e possibilitasse à comunidade a compra de equipamentos e bens da sociedade nacional.

O que acabou ocorrendo foi um desestímulo às roças individuais e o consumo pelo próprio grupo dos produtos da roça coletiva, que acabaram não sendo comercializados.

Para se ter uma idéia do envolvimento dos índios nos projetos coletivos basta dizer que, em 1983, de uma população de 268 indivíduos só oito trabalharam nas roças coletivas e mesmo assim recebendo um salário de Cr\$ 40.000,00 por mês.

A distribuição da produção também cria problemas internos no grupo pois ela é usada para a subsistência dos que produziram pouco nas roças familiares, afigurando-se como uma situação injusta para os que plantaram mais, que se sentem desestimulados no seu esforço.

Além dos projetos de lavouras comunitárias a FUNAI estimula e desenvolve um projeto de extrativismo da borracha (principal fonte de renda monetária) e da castanha. Como os índios já participavam da extração e comercialização da borracha no mercado regional, esse projeto visa principalmente substituir a ação



exploratória dos regatões e garantir um sistema de aviamento, através das continas reembolsáveis, que se realiza dentro da própria reserva.

Na cantina os índios podem adquirir bens de primeira necessidade produzidos pela sociedade nacional, dos quais eles já se encontram dependentes e são incapazes de produzir: querosene, fações, açúcar, óleo vegetal, roupas, café, anzóis, linha de pesca, etc. A cantina funciona através de um sistema de fichas individuais onde são anotadas as mercadorias retiradas e a quantidade de borracha entregue. Uma vez por ano calcula-se a diferença entre retiradas e entregas e o saldo é pago aos índios em dinheiro.

As mercadorias fornecidas aos índios sofrem um acréscimo de 30 a 50% dos preços vigentes em Guajarã-Mirim, a fim de cobrir os gastos de transporte e garantir a reposição do estoque, preço mais justo do que os cobrados pelos regatões que sofrem acréscimo de mais de 500%.

A borracha é comprada pela FUNAI a preço um pouco abaixo dos preços de mercado e, posteriormente comercializada em Guajarã-Mirim. A diferença entre o preço FUNAI e o preço de mercado é depositada em nome da comunidade, através da chefia do Posto e da Ajudância, em cadernetas de poupança, em R.D.Bs. ou mesmo aplicada no Open Market. Mesmo que esse dinheiro seja usado em benefício da comunidade, mais uma vez isso se faz sem a participação dos índios.

Tradicionalmente a unidade básica de produção e de decisões dos Pakaa Nova é a família. As atividades ou problemas que envolvem a comunidade como um todo são organizadas ou resolvidas com a participação dos chefes de família, não existindo entre eles o papel da chefia tribal.

Em função disso, a centralização da organização da produção e da comercialização na esfera administrativa da FUNAI torna-se ainda mais distante das práticas tribais, ocasionando o não alcance das metas previstas nos projetos econômicos e o descontentamento dos índios. Em 1983, por pressão destes, depois





de pagas as dívidas com cantina, a produção excedente de borracha foi comercializada pelos próprios índios em Guajarã-Mirim, com assistência da FUNAI. Dessa forma, cada família recebeu em dinheiro sua parte da venda e pode abastecer-se autonomamente na cidade.

#### Recomendações:

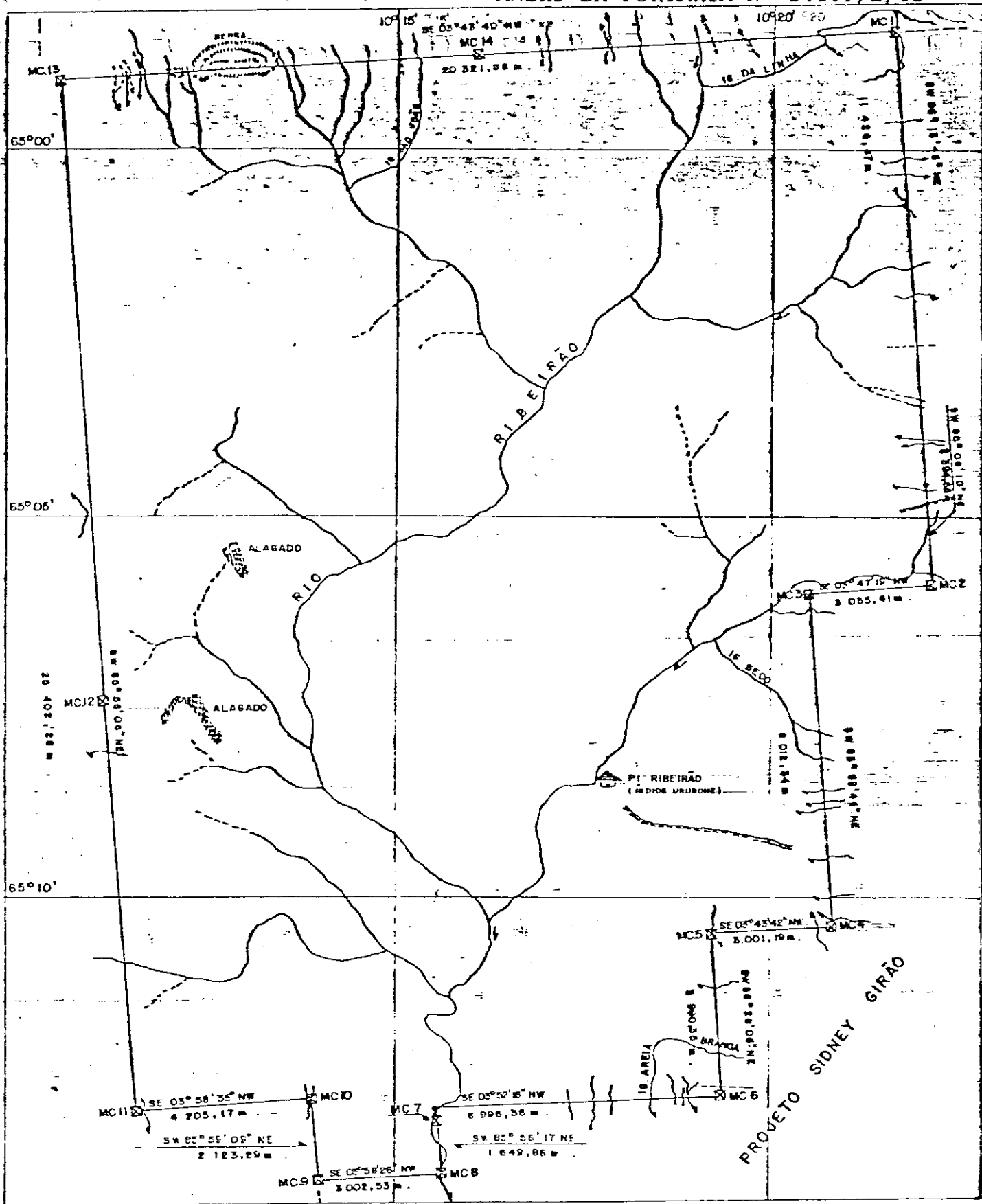
É imprescindível que os projetos econômicos sejam elaborados e executados com a participação e controle dos próprios índios, única garantia do melhor aproveitamento dos recursos investidos. Nesse sentido, deve-se apoiar as roças individuais, promovendo sua expansão e a diversificação das culturas. A comercialização dos produtos, do mesmo modo, deve ser gradativamente passada para o controle da comunidade, de forma a permitir uma crescente compreensão dos mecanismos da sociedade nacional e a gerência de seus interesses, que não devem ser confundidos com os interesses do órgão tutelar.

#### V. Educação

O prédio onde funciona a escola é de construção recente (verba Polonoeste), de alvenaria com cobertura de telhas de barro, contendo a residência dos professores - sala, cozinha, quarto, banheiro - e as instalações da escola propriamente dita - pequena sala usada como depósito de material escolar, sala de aula, banheiro - e uma varanda na frente e atrás da casa, cujo terreno é circundado por uma cerca de arame farpado. Nos fundos da casa existe ainda um barracão sem paredes, com cobertura de palha, contendo duas mesas grandes e bancos, além de um fogão à lenha, onde se prepara e se distribui a merenda escolar obtida através de recursos do INAN.

O projeto educacional obedece às diretrizes regionais do Programa de Educação Pró-Rural, controlado pela Secretaria Mu-

ANEXO DA PORTARIA Nº 1.109/E/81



SINAIS CONVENCIONAIS

- POSTO INDÍGENA
- MARCO DE CONCRETO
- CURSO D'ÁGUA PERMANENTE
- CURSO D'ÁGUA INTERMITENTE
- ROCHA
- ALAGADO
- RODOVIA DE REVESTIMENTO SOLTO
- CAMINHO
- MARCO DE MADEIRA

<p>MINISTÉRIO DO INTERIOR                  FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI                  DEPARTAMENTO GERAL DO PATRIMÔNIO INDÍGENA - DGP</p>			
<p>IDENTIFICAÇÃO:                  ÁREA INDÍGENA IGARAPÉ RIBEIRÃO</p>		<p>PLANTA DE                  DEMARCAÇÃO</p>	
<p>MUNICÍPIO:                  BUAJARA - MIRIM</p>		<p>ÁREA:                  47 863,3178 ha</p>	<p>PERÍMETRO:                  95,62 Km</p>
<p>UF:                  RONDÔNIA</p>		<p>ESCALA:                  1" 153.000</p>	<p>DATA:                  15/10/77</p>
<p>PROJETO:                  RONDÔNIA - 8º DR.</p>		<p>PROCESSO Nº:                  03299/76</p>	<p>EXECUTANTE:                  PLANTEL LTDA.</p>
<p>DESENHO:  </p>	<p>TEC RESPONSÁVEL:  </p>	<p>CONTENIDO:  </p>	<p>A PROVA:  </p>
<p>ELABORADO NA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS - DHR</p>		<p>ELABORADO NA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS - DHR</p>	



unicipal de Educação e Cultura de Guajarã-Mirim - SEMEC. Esse programa se estrutura em 4 etapas, correspondentes às 4 primeiras séries do 1º grau. Cada uma delas usa dois livros de lição, seguidos pelos alunos sob a orientação do professor. Os alunos vão passando de uma etapa a outra na medida em que terminam os livros da etapa anterior.

Os professores passam por dois cursos iniciais de treinamento, de 15 dias cada um, ministrados pela SEMEC e, frequentam cursos semestrais de reciclagem duas vezes por ano, por ocasião das férias escolares, de 15 a 20 dias cada um.

Na reserva trabalham dois professores, responsáveis pelo funcionamento de duas classes: uma delas que junta alunos da 1a., 2a. e 3a. etapas e outra só com alunos da 1a. etapa.

Em 1983 havia um total de 89 alunos matriculados na 1a. etapa. Desses 73 continuam cursando essa mesma etapa, 9 desistiram, 3 foram transferidos, isto é, mudaram-se para outra reserva e somente 4 concluíram, passando para a 2a. etapa.

Na 2a. etapa havia 6 alunos matriculados: dois continuam cursando essa etapa, 2 desistiram e apenas 2 concluíram passando para a 3a. etapa.

Em 1984 a situação é a seguinte: 75 alunos matriculados na 1a. etapa, sendo 73 repetentes, já que a haviam cursado no ano anterior.

Na 2a. etapa estão matriculados 5 alunos: 3 aprovados da etapa anterior e 2 repetentes. Na 3a. etapa, 2 alunos aprovados na 2a. etapa em 1983.

Como se pode notar, o aproveitamento escolar é bastante baixo e se explica por vários motivos:

- 1) A frequência às aulas parece ser bastante irregular e o número de faltas é grande, principalmente nas épocas em que as famílias se deslocam para as colocações de borracha levando também as crianças;
- 2) O programa educacional, apesar de ser voltado para a população do campo, com conteúdos voltados para a vida rural, é acentuadamente distante da cultura Pakaa Nova, não lhes for-



necendo referências suficientes para um envolvimento maior no processo de aprendizagem;

- 3) a incompreensão dos professores com relação à importância da língua nativa e do universo simbólico da cultura indígena;
- 4) o ensino missionário, que consiste na alfabetização dos índios na sua própria língua, através da utilização de cartilhas que recontam (em língua indígena) as histórias da Bíblia e do aprendizado de hinos religiosos protestantes através de um livro de hinos.

Esse ensino bilingüe que ocupa a metade do tempo do ensino oficial, é feito através de conteúdos inteiramente distanciados das práticas culturais indígenas e também distanciados dos conteúdos de alfabetização em português. Além disso, a grafia Pakaa Nova criada pelos missionários usa certas letras na representação dos sons (de origem anglo-saxônica) que diferem das letras usadas na língua portuguesa para representar os mesmos sons, criando problemas adicionais aos índios quando passam a se alfabetizar em português. Por isso uma das grandes dificuldades apresentadas pelos índios no aprendizado da língua portuguesa refere-se à troca de letras que não tem correspondência em seu próprio idioma, da forma como ele é grafado pelos missionários.

#### Recomendações:

Conjuntamente com a área de saúde, a área de educação apresenta uma situação crítica, devendo ser reformulada por projeto que leve em conta o universo cultural indígena.

Neste sentido faz-se necessário a formação de professores com um certo grau de conhecimento antropológico e que encarem com respeito e compreensão as práticas culturais dos índios. Além disso, o ensino bilingüe deveria ficar a cargo da FUNAI e desenvolvido através de conteúdos afins do projeto de educação em português, de modo a reforçarem-se mutuamente ampliando a eficácia de ambos, ao contrário do que acontece atualmente.



## VI. Área Indígena Igarapé Ribeirão

A reserva onde se localiza o P.I. Igarapé Ribeirão teve seus limites homologados pelo Presidente João Baptista Figueiredo através do Decreto nº 86.347 de 09 de setembro de 1981 (anexo, pág. 6 e 7), que demarca uma área de 47.863 ha. no Município de Guajarã-Mirim, Estado de Rondônia.

A área espalha-se por ambas as margens do Igarapé Ribeirão, afluente da margem direita do Rio Mamoré, limitando-se ao Sul com o Projeto Integrado de Colonização Sidney Girão, ao Norte com o Seringal Boa Esperança, a Leste com a linha "D" do PIC Sidney Girão e a Oeste com terras da União.

O acesso à reserva, a qual dista 81 km. de Guajarã-Mirim, se faz exclusivamente por via terrestre: segue-se a BR-425 até a localidade de Vila Nova e prossegue-se pela linha central do PIC Sidney Girão até alcançar a linha "D", onde se inicia a entrada da área. Daí segue-se por mais 5 Km. até alcançar-se a única aldeia da reserva, onde está sediado o P.I. Igarapé Ribeirão, na margem esquerda do Igarapé do mesmo nome, próximo ao ponto conhecido por sua cachoeira.

A estrada de acesso à reserva e suas duas pontes foram reparadas em 1983, mas encontram-se em condições de uso apenas regulares, tendo sido avariadas pelas chuvas da temporada. Devem ser reparadas antes da próxima temporada de chuvas, para que não se tornem intransitáveis.

Segundo a Ajudância de Guajarã-Mirim a área encontra-se demarcada e livre de invasões. Porém, colonos vizinhos costumam, desde pelo menos mais de três anos, colher castanha dentro da reserva, segundo revelaram os índios.

O solo é tipo latossolo amarelo distrófico, praticamente desprovido de reservas nutrientes para as plantas, apresentando baixa fertilidade.

A utilização de queimadas produz melhoria temporária mas esgota o solo rapidamente, sendo necessário ou a mudança contínua da localização das roças (mesmo assim com baixa fertilidade) e/ou a utilização de corretores e fertilizantes.

## VII. Características Gerais, População e Saúde

As instalações do P.I. contam com um armazém, depósito, enfermaria, escola e casa sede (localizada inexplicavelmente a cerca de 800 metros do restante das instalações) todas de construção recente e em boas condições. Existe ainda a residência do trabalhador braçal, de construção mais antiga, de madeira, necessitando de reforma e um galpão - garagem bastante deteriorado, sem condições de recuperação, devendo ser construído um novo.

A aldeia possui 17 casas, poucas como as do P.I. Rio Negro Ocaia, com soalho levantado e distante do solo. A maior parte delas é construída diretamente no chão, algumas com paredes de paus roliços, outras de pau-a-pique, com cobertura de duas águas de palha de urucuri. Existe ainda uma casa de farinha construída pelos índios. (Croqui da aldeia e roças em anexo)

Como meio de locomoção a administração possui apenas um barco de alumínio e dois motores de rabeta. Porém, o motor de rabeta fica sem uso na seca (quando o barco é necessário para o transporte de castanha e borracha) pois o rio se torna mais estreito e suas curvas apertadas impedem a passagem com este tipo de motor. O P.I. não possuía nenhum carro até a ocasião desta pesquisa, causando extrema dificuldade para o transporte entre a reserva e Guajará-Mirim. Seria recomendável que se destinasse uma viatura para este P.I., necessária pelo menos para o transporte de doentes, funcionários da administração e índios que, muitas vezes, são obrigados a chamar um táxi para este fim, pagando de seu próprio bolso. As viaturas da Ajudância costumam estar sem combustível obrigando o pessoal da área a arcar com essas providências.

As instalações do P.I. (casa sede, enfermaria e escola) contam com água encanada proveniente de um poço atrás da enfermaria e um outro atrás da casa sede. Apesar de haver uma torneira externa na enfermaria, poucos índios a usam pois as casas estão espalhadas numa área relativamente grande, tornado-se mais fã-



cil a utilização da água do rio, fonte permanente de verminose. Torna-se conveniente a perfuração de mais dois poços equipados com bomba d'água manual de modo a evitar a utilização da água do rio.

O ano passado foram construídos cerca de 13 sanitários, bar racões com fossa aberta, para as casas dos índios. Porém, de lá para cá eles abandonaram as casas velhas construindo novas em locais diferentes, tornando inúteis os sanitários existentes e voltando a utilizar o mato para este fim. O lixo costuma ser jun tado e queimado.

O P.I. possui ainda um rádio transmissor receptor que faz a comunicação diária com a Ajudância em Guajarã-Mirim.

### VII.1. População

Segundo os dados que pudemos conseguir (quadros em anexo) a população desta reserva compunha-se em 1977 de 79 pessoas, em 1979 de 93 pessoas, em 1982 de 116, em 1983 de 88 e, por ocasião de nossa visita habitavam a área 85 pessoas, existindo ain da mais 25 índios provenientes do P.I. Igarapé Lage, do P.I. Pa kaas Novas e da Colônia Sagarana, em visita prolongada a parentes.

O aumento da população de 1977 a 1982 e sua posterior diminuição não nos permite nenhuma conclusão, dada a sua grande mobilidade entre as reservas Pakaa Nova. Porém, segundo o registro de nascimentos e óbitos deste P.I., de 1977 a 1984 nasceram 37 pessoas, sendo que no mesmo período morreram apenas 11, apontando para um crescimento real da população de 26 indivíduos, numa média de 3,7 pessoas por ano.

A grande maioria da população pertence às subdivisões clânicas Oro Mon e Oro Waram Xien, existindo apenas uma família Oro Waram e nenhuma das outras subdivisões clânicas.



## VII.2. Saúde

A enfermaria da aldeia, de construção recente, possui quatro leitos, farmácia e residência da atendente, com sala, quarto, cozinha e banheiro interno, tendo o mesmo esquema de atendimento que o P.I. Rio Negro Ocaia: atendente de enfermagem na aldeia, visitas da EVS apenas uma vez por ano e o transporte de doentes graves para a Casa do Índio em Guajarã-Mirim.

As doenças mais comuns são a malária, com 16 casos em 1983, a tuberculose com 3 casos detectados no ano passado, gripe, diarreia e a endêmica verminose.

A área de saúde nesta reserva, ressenete-se dos mesmos problemas que caracterizam o P.I. Rio Negro Ocaia: a última vacinação contra tuberculose ocorreu em 1981, não há controle de malária, tuberculose e verminose, a EVS só faz rápidas visitas anuais e falta alimentação para os tuberculosos o que ocasiona perda de eficiência do tratamento.

Sem exames periódicos a tuberculose só é descoberta em estágio adiantado, o que permite sua expansão na aldeia e coloca em risco a vida do doente.

Apesar de sofrer das mesmas deficiências do outro Posto, a administração local tenta minorá-los com os recursos que tem.

Com relação à verminose: a atendente de enfermagem trata toda a população, de três em três meses, com medicamento que atinge cinco tipos de vermes, procurando manter a verminose sob controle.

Além disso, existe neste P.I. a preocupação de se evitar o consumo indiscriminado de remédios e de orientar os índios a respeito de tratamentos mais simples e de regras de higiene que possibilitem um melhor estado de saúde. As práticas medicinais tradicionais são respeitadas, havendo pelo menos 4 pajês na comunidade. Como se vê, a orientação da administração local contrasta de forma positiva com a orientação vigente no P.I. Rio Negro Ocaia, em parte devido a um melhor preparo dos funcionários no que se refere à sua capacitação técnica e à sua compre-





ensão do universo tribal e, em parte, à ausência de representantes da New Tribes do Brasil, que tendem a reforçar uma visão e prática deculturadoras.

#### Principais Práticas e Recomendações

Que se mantenha a atual orientação do pessoal da área no que se refere ao respeito às práticas tribais e à orientação vi<sup>g</sup>ente no atendimento e tratamento de doentes.

Seria necessário, no entanto, maior apoio da Casa do Índio que deve ser dinamizada de modo a visitar regularmente a aldeia realizando o contrô<sup>l</sup>e da tuberculose, verminose e malária através de exames periódicos em toda a população. Ou então, que a enfermaria da aldeia seja equipada com material de microscopia para que esse contrô<sup>l</sup>e possa ser realizado na própria aldeia.

São necessárias visitas mais regulares da EVS - pelo menos 3 vezes por ano -, contrô<sup>l</sup>e efetivo da vacinação e tratamento dentário mais sistemático e eficaz.

É necessário também a abertura de mais dois poços equipados com bomba d'água manual.

Além disso, seria necessário diversificar o fornecimento de medicamentos e equipar melhor a enfermaria. O fornecimento de medicamentos é feito em quantidade mas falta variedade. Em geral enviam quase que só xarope e vitaminas, ignorando a lista de pedidos elaborada pela enfermaria da aldeia, obrigando a administração local a comprar os remédios necessários. Falta também material de sutura, roupa de cama, bacia, e sabonete para a enfermaria.

É reivindicação dos funcionários que a Casa do Índio atenda também a eles que, quando doentes, são obrigados a procurar tratamento e hospitalização por conta própria em Guajarã-Mirim. Trabalhando em condições adversas, sujeitos a contrair as doenças que assolam a área, é justo e necessário que tenham maior apoio da Ajudância que deveria, inclusive, proporcionar-lhes alojamento quando periodicamente vão à Guajarã-Mirim.



### VIII. Atividades Produtivas e Autonomia Política

Segundo o relatório anual do P.I. Igarapé Ribeirão referente ao ano de 1983, as atividades econômicas realizadas na reserva foram as seguintes:

#### Agricultura:

- colheita de 200 sacos de arroz e comercialização de 60 sacos;
- implantação de uma roça comunitária de 15 ha. de arroz, 5 ha. de mandioca e 5 ha. de milho;
- implantação de pomar de 2.750 m<sup>2</sup> com as seguintes espécies de frutas: côco, manga, abacate, cajú, tamarindo e graviola;
- limpeza na área de implantação do projeto de fruticultura (citrus);
- implantação de 12 roças familiares.

#### Extrativismo Vegetal:

- extração de 1966 Kg. de borracha natural;
- início da coleta de castanha, que foi finalizada e comercializada em janeiro de 1984. Produção de 364 latas.

Porém, assim como ocorreu no P.I. Rio Negro Ocaia, apenas 5 índios trabalharam na roça comunitária. O chefe de Posto fez um acordo com eles, no sentido de deixarem de lado suas roças familiares e se dedicarem apenas à roça comunitária, tirando daí seu sustento (através de fornecimento de mercadorias pela administração do Posto). Assim, parece que 140 sacas foram usadas para seu sustento e de seus familiares, sobrando 60 sacas que foram comercializadas pelo chefe de posto em Guajará-Mirim. O dinheiro resultante da venda foi usado para a compra de uniformes escolares para as crianças, sob a alegação de que elas tem poucas roupas e usam a mesma muda a semana toda, apresentando-se muito sujas na escola.

Mesmo que os projetos econômicos (roça comunitária e outros) possam reverter em algum benefício para os índios, eles se fazem de modo a aumentar seus laços de dependência, deculturação e perda de autonomia política na medida em que as deci-



sões sobre a organização do processo de trabalho, a comercialização da produção e o uso do dinheiro que daí advém, estão fora de suas mãos, adequando-se muito mais às necessidades sentidas pela administração do que às da comunidade.

É verdade que a administração local procura ouvir os índios, fazendo reuniões periódicas com eles. Porém, essas reuniões tem mais o objetivo de convencê-los do acerto do planejamento administrativo do que se criar espaço para que as soluções e as decisões partam da comunidade. Nesta mesma linha de atuação, apesar de ser do conhecimento geral que os Pakaa Nova tradicionalmente não tem chefe, o órgão tutelar força a escolha de um, que passa a ser o ponto de apoio da administração local para o maior controle dos índios. Portanto, apesar dos esforços e da boa intenção dos funcionários da área, essa política indigenista apenas transfere o assalariamento de fora para dentro da reserva, onde os índios são impelidos a trabalhar sob as ordens da chefia do posto. Além dos que trabalharam na roça comunitária, há mais 3 índios contratados pela administração (Cr\$ 30.000,00 por mês em 1983) para realizar a limpeza do mato ao redor das instalações do posto e serviços gerais.

Outra atividade econômica incentivada pela administração e principal fonte de renda monetária para os índios é a extração da borracha, realizada separadamente por cada família. Comprada e comercializada pela administração da FUNAI, a produção da borracha (e também a da castanha em proporção menor) se articula com o funcionamento da cantina. O chefe de posto procura estimular a produção e ao mesmo tempo manter a cantina. Durante o ano os índios vão retirando mercadorias de que necessitam, as quais vão sendo registradas em fichas individuais. Na época da venda da borracha (e da castanha) deveriam saldar toda a dívida acumulada e ficar com o dinheiro referente ao saldo de sua produção.

Porém, muitos índios por vezes produzem pouco, apenas o suficiente para pagar a dívida, devendo entregar toda sua produção sem receber nada. Quando isso ocorre em geral ficam sem



estímulo para produzir no ano seguinte. Para resolver esse impasse o chefe de posto usa o seguinte sistema: os que produziram pouco pagam apenas uma parte da dívida, recebem um saldo em dinheiro e ficam devendo à cantina. Os que produziram muito pagam toda a dívida, levam um saldo com eles e a cantina fica ainda lhes devendo uma parte do dinheiro a que teriam direito, que eles vão retirando em mercadorias no decorrer do ano, segundo suas necessidades.<sup>(4)</sup> Assim, há vários índios com saldo positivo e outros com saldo negativo.

Além dessas atividades os índios fazem suas tradicionais roças familiares (foram feitas apenas 12 em 1983, visto que 5 famílias se dedicaram exclusivamente à roça comunitária), sua fonte principal de subsistência, além da caça e pesca realizadas eventualmente.

Pelo cronograma de trabalho comunitário, em anexo, realizado pela Ajudância e que deveria orientar todas as fases de trabalho nos projetos econômicos da administração, percebe-se que os índios tem todo o seu tempo ocupado, restando pouco espaço para suas atividades tradicionais. Nesta reserva esse cronograma foi revisto e reelaborado, de acordo com as atividades realizadas em 1983 (também em anexo).

Este segundo cronograma, apesar de corresponder melhor às atividades realizadas, comprova do mesmo modo que subjacente à formulação dos projetos agrícolas está a idéia da super-utilização da mão-de-obra indígena, inteiramente programada e ocupada durante todo o decorrer do ano.

#### Recomendações:

Apesar da maior disposição da administração local em ouvir os índios e da sua criatividade em minorar problemas decorrentes do planejamento das atividades econômicas, o problema fundamental permanece.

Isto é, a administração do órgão tutelar se coloca como organizadora da vida tribal, devendo executar um planejamento



elaborado de fora, sem levar em conta as especificidades culturais e locais, reforçando a perda de autonomia tribal e a crescente descaracterização cultural e dependência do órgão tutelar.

Neste sentido, vale para esta reserva a mesma recomendação feita para a área do P.I. Rio Negro Ocaia: apoio às roças tradicionais, promovendo sua expansão e diversificação das culturas. Projetos econômicos que fujam às práticas tradicionais indígenas não devem ser realizados na medida em que forem elaborados e executados com a participação e controle dos próprios índios. A comercialização da produção deve ser gradativamente passada para o controle da comunidade, bem como as decisões sobre o uso e a se fazer do dinheiro, de forma a permitir uma crescente compreensão dos mecanismos da sociedade nacional e a gestão autônoma de seus interesses, que não devem ser confundidos (como tem sido) com os interesses do órgão tutelar.

#### IX. Educação

A escola funciona em prédio de construção recente (verba Polonoroeste), de alvenaria com cobertura de telhas de barro, contendo residência do professor - sala, cozinha, quarto e banheiro interno - e as instalações da escola propriamente dita - sala de aula, depósito de material escolar e banheiro.

O projeto educacional é o da Pró-Rural, o mesmo que é desenvolvido no P.I. Rio Negro Ocaia e prevê a alfabetização apenas em português, não existindo o ensino bilingüe.

A escola esteve sem professor de maio até agosto de 1983, quando chegou a atual professora, justamente na época em que os alunos estavam com suas famílias fora da aldeia, empenhados na coleta de castanha. Em função da previsível ausência de alunos nas épocas de coleta de castanha e principalmente no tempo de extração da borracha, a nova professora estabeleceu novo calendário escolar para superar esse problema: as aulas vão de outu-



bro até setembro do ano seguinte, quando há um intervalo para as férias que coincide com a ida ao seringal.

Segundo a professora o aproveitamento tem sido relativamente bom, com mais de 50% dos alunos seguindo normalmente o curso. O horário não foi estabelecido rigidamente, prevendo uma certa flexibilidade, sem o que as possibilidades de fracasso seriam grandes. Assim, há dias em que as aulas começam às seis horas da manhã, terminando mais cedo; dias que começam às oito ou nove horas e terminam mais tarde. Desse modo a frequência tem sido regular e o curso se desenvolve a contento.

A merenda escolar costuma vir em quantidade suficiente e com boa variedade de alimentos. Porém, na ocasião de nossa visita já estava um mês atrasada.

Às vezes a professora pede para uma ou outra mãe de aluno preparar a merenda, mas a maioria das vezes distribui os alimentos entre as famílias dos alunos. Isso se deve ao fato de não existir material de cozinha - fogão, panelas, pratos - e nem mesmo um barracão para a merenda.

Atualmente a escola funciona apenas de manhã, juntando na mesma sala de aula os alunos de pré-primário e os do 1º ano. No pré estão matriculados 9 alunos, com idades entre 5 e 8 anos. No primeiro ano estão 15 alunos, com idade variando entre 10 e 17 anos. Para este ano o número de carteiras é suficiente, existindo 30 para 26 alunos. Porém, para o ano que vem provavelmente serão necessárias mais umas 10 carteiras.

#### Principais Problemas e Recomendações:

Apesar da maior adequação ao ritmo de vida tribal (cronograma letivo e horários mais flexíveis), o projeto educacional continua não levando em conta o universo simbólico indígena, sobrepondo-se a ele e contribuindo para a descaracterização cultural do grupo. Mesmo levando-se em conta a capacitação técnica, a flexibilidade e o esforço da professora, o conteúdo do que é ensinado é mais adequado às populações rurais da sociedade nacional, devendo portanto ser reformulado, nos moldes propostos para o P.I. Rio Negro Ocaia.



Com relação às instalações da escola, seria recomendável que se construísse um barracão para a merenda e se equipasse a escola com o material de cozinha necessário para sua preparação.

#### X. Administração e New Tribes do Brasil

No relatório anterior sobre os Pakaa Nova (ver nota de número (3)), esse item já foi satisfatoriamente analisado. Gostaria apenas de relembrar e acentuar determinados aspectos mais problemáticos.

Como já foi ressaltado, há um grande descompasso entre o planejamento e as metas de trabalho da administração e a realidade cultural e local das reservas. Os planos, em geral elaborados em Brasília, são recebidos na Delegacia da FUNAI em Porto Velho, que os envia para a Ajudância em Guajará-Mirim, a qual, por sua vez orienta as chefias de posto para sua execução. É verdade que o caminho inverso também existe: as chefias de posto enviam relatórios anuais dando conta da situação do P.I. e sugerindo medidas. Porém, nem todas as sugestões são aceitas e mais grave ainda, os índios não participam (não lhes é dado este espaço) ativamente das decisões que os afetam.

Dessa forma, eles são o tempo todo instados e pressionados para assumir as responsabilidades inerentes à execução desses planos, o que só os leva a uma atitude de passividade, dependência crescente, falta de autonomia política e descaracterização cultural.

No P.I. Rio Negro Ocaia principalmente a situação é crítica nesse sentido pois, o processo de descaracterização cultural e dependência é acentuado pela atuação dos missionários.

De um lado, sofrem as pressões deculturadoras da administração que os encara apenas como fonte de problemas já que seu comportamento não corresponde às expectativas do órgão tutelar, sendo vistos como preguiçosos e irresponsáveis.

Somando-se a isso, sofrem a interferência e o controle re-



pressivo de seu universo simbólico, cujo conhecimento é monopólio dos missionários, únicos conhecedores de sua língua.

Assim, são alienados dos processos de decisão que vão determinar a organização e ritmo de seu trabalho, a comercialização e a distribuição dos produtos e as formas de relacionamento com a sociedade envolvente. Além disso, são impedidos em nome de uma moral alienígena de praticar seus costumes mais tradicionais, com consequências deculturadoras e desintegradoras de sua organização social, sem que, ao mesmo tempo, tenham condições de dar respostas autônomas e criativas à situação que enfrentam.

A organização protestante New Tribes do Brasil tem historicamente assumido funções que formalmente cabem ao órgão tutelar: ajudaram na pacificação, por vezes atuam como agentes da saúde e dedicam-se formalmente ao ensino bilingue, tendo em troca o monopólio espiritual dos Pakaa Nova. Temos que o preço pago por essa "ajuda" esteja se tornando muito caro aos índios.

Em primeiro lugar todas as funções exercidas por essa organização são dispensáveis, já que este deveria ser o papel da FUNAI. Em segundo lugar, o desrespeito pelas práticas culturais indígenas não os recomenda como "sócios" na administração da reserva, já que reforçam e acentuam a visão etnocêntrica e preconceituosa que caracteriza parte dos funcionários da administração.

#### Recomendações:

Nesse contexto seria recomendável:

1) Que o órgão tutelar se dedicasse a preparar melhor seus funcionários tanto no que se refere a suas qualificações profissionais - professores e enfermeiros principalmente - quanto ao que diz respeito ao entendimento da problemática indígena e à compreensão e respeito às suas práticas tradicionais.

2) Que o planejamento e o processo de tomada de decisões se faça com a participação ativa dos índios, apoiando-se nas suas formas tradicionais de organização política e social, per-





mitindo à comunidade gerar respostas próprias a seus problemas cotidianos e encontrar opção mais de acordo com suas particularidades.

3) Que não seja permitido a nenhuma organização religiosa ter sede em área indígena, facultando a todas elas apenas visitas periódicas através de pedido antecipado à FUNAI, que julgará a procedência de cada um deles, permitindo ou não a entrada.

Com relação ao P.I. Igarapé Ribeirão quero relembrar a necessidade premente de uma viatura, (a mais adequada talvez seja uma camionete), a substituição da trilhadeira de arroz por uma nova, equipada com motor, dado o estado precário da antiga e a conveniência de se adquirir 5 burros para o transporte da castanha, colhida em locais distantes da aldeia.

P. I. RIO NEGRO OCAIA

IDADES	1977						1979						DIFERENÇA		
	H.	%	M.	%	T.	%	H.	%	M.	%	T.	%	HOMEM	MULHER	TOTAL
00 - 05	34	17,52	24	12,37	58	29,89	23	11,85	24	12,37	47	24,22	-11	-	-11
05 - 10	16	8,24	13	6,70	29	14,94	29	14,94	23	11,85	52	26,80	+13	+10	+23
10 - 15	02	1,03	04	2,06	06	3,09	05	2,57	07	3,60	12	6,18	+03	+03	+06
15 - 20	04	2,06	04	2,06	08	4,12	02	1,03	03	1,54	05	2,57	-02	-01	-03
20 - 25	08	4,12	10	5,15	18	9,27	02	1,03	04	2,06	06	3,09	-06	-06	-12
25 - 30	18	9,27	09	4,63	27	13,91	07	3,60	04	2,06	11	5,67	-11	-05	-16
30 - 35	03	1,54	04	2,06	07	3,60	09	4,63	13	6,70	22	11,34	+06	+09	+15
35 - 40	02	1,03	06	3,09	08	4,12	08	4,12	05	2,57	13	6,70	+06	-01	+05
40 - 45	01	0,51	07	3,60	08	4,12	03	1,54	05	2,57	08	4,12	+02	-02	-
45 - 50	05	2,57	01	0,51	06	3,09	03	1,54	02	1,03	05	2,57	-02	+01	-01
50 - 55	03	1,54	01	0,51	04	2,06	05	2,57	03	1,54	08	4,12	+02	+02	+04
55 - 60	04	2,06	04	2,06	08	4,12	01	0,51	-	-	01	0,51	-03	-04	-07
60 ou +	05	2,57	02	1,03	07	3,60	02	1,03	02	1,03	04	2,06	-03	-	-03
TOTAL	105	54,12	89	45,88	194	100,00	99	51,03	95	48,97	194	100,00	-06	+06	-

Fonte: Omar Landi Santos.

194

P.I. RIBEIRÃO

IDADES	1977						1979						DIFERENÇA		
	H.	%	M.	%	T.	%	H.	%	M.	%	T.	%	HOMEM	MULHER	TOTAL
00 - 05	06	7,59	08	10,13	14	17,72	10	10,75	05	5,37	15	16,12	+04	-03	+01
05 - 10	04	5,06	03	3,80	07	8,86	07	7,52	06	6,45	13	13,97	+03	+03	+06
10 - 15	01	1,26	01	1,26	02	2,53	04	4,30	03	3,22	07	7,52	+03	+02	+05
15 - 20	07	8,86	10	12,66	17	21,52	01	1,07	04	4,30	05	5,37	-06	-06	-12
20 - 25	07	8,86	03	3,80	10	12,66	09	9,67	04	4,30	13	13,97	+02	+01	+03
25 - 30	06	7,59	05	6,33	11	18,92	09	9,67	02	2,15	11	11,82	+03	-03	-
30 - 35	-	-	-	-	-	-	04	4,30	04	4,30	08	8,60	+04	+04	+08
35 - 40	03	3,80	04	5,06	07	8,86	04	4,30	02	2,15	06	6,45	+01	-02	-01
40 - 45	07	8,86	01	1,26	08	10,13	02	2,15	04	4,30	06	6,45	-05	+03	-02
45 - 50	-	-	-	-	-	-	02	2,15	01	1,07	03	3,22	+02	+01	+03
50 - 55	-	-	01	1,26	01	1,26	-	-	01	1,07	01	1,07	-	-	-
55 - 60	-	-	02	2,53	02	2,53	01	1,07	-	-	01	1,07	+01	-02	-01
60 ou +	-	-	-	-	-	-	01	1,07	03	3,22	04	4,30	+01	+03	+04
TOTAL	41	51,90	38	48,10	79	100,00	54	58,06	39	41,94	93	100,00	+13	+01	+14

REGISTRO DE NASCIMENTOS E ÓBITOS

P.I. IGARAPÉ RIBEIRÃO

ANO	NASCIMENTOS			ÓBITOS			POPULAÇÃO
	MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL	
1977	5	2	7	2	2	4	79
1978	4	1	5	1	0	1	-
1979	4	1	5	1	0	1	93
1980	4	1	5	0	1	1	-
1981	4	4	8	1	1	2	-
1982	2	3	5	2	0	2	116
1983	1	1	2	0	0	0	88
1984	0	0	0	0	0	0	85 + 25 visitantes
TOTAL	24	13	37	7	4	11	

Causa das Mortes: Malária - 3  
 Hepatite - 2  
 Gripe - 1  
 Desidratação - 1  
 Acidente com Arma de Fogo - 1  
 Velhice - 1

P.I. IGARAPÉ RIBEIRÃO  
FEVEREIRO/1984

FAIXA ETÁRIA	MASC.	FEM.	TOTAL
00-06	10	10	20
07-13	6	10	16
14-20	3	1	4
21-27	6	3	9
28-34	4	5	9
35-41	3	4	7
42-48	1	4	5
49-55	3	0	3
56-62	0	0	0
63-69	1	0	1
70 e +	2	1	3
Ignorada	3	5	8
<b>TOTAL</b>	<b>42</b>	<b>43</b>	<b>85</b>

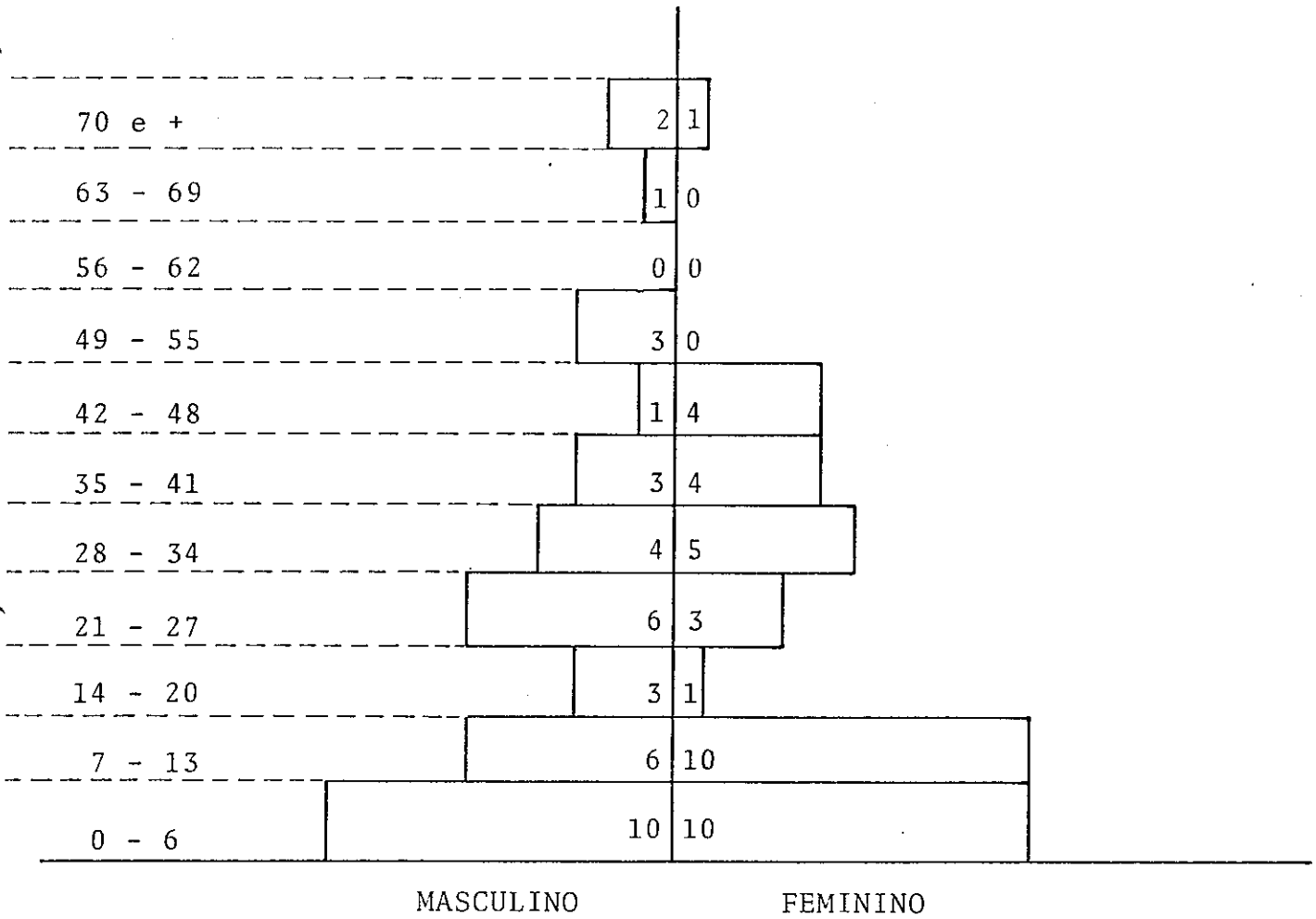
Total de Habitantes: 85

Número de Casas: 17

Média de Habitantes por Casa: 05

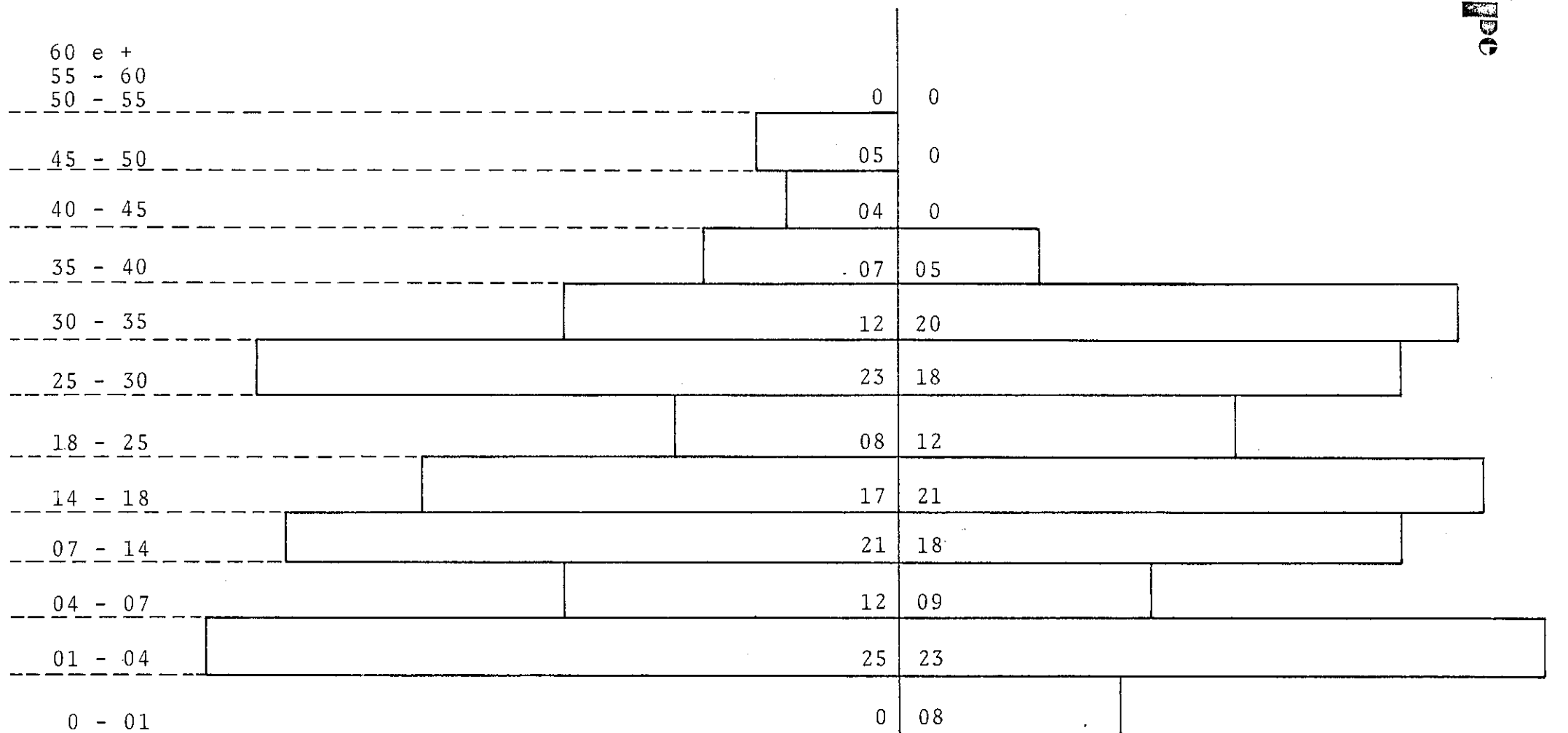


PIRÂMIDE POPULACIONAL



PIRÂMIDE POPULACIONAL  
P.I. RIO NEGRO OCAIA - 1983

IPIPE



HOMENS = 134

MULHERES = 134

TOTAL = 268

149



CRONOGRAMA DE TRABALHO 1984 (DE ACORDO COM O REALIZADO EM 1983)

P.I. IGARAPÉ RIBEIRÃO - AGRICULTURA E EXTRATIVISMO

ATIVIDADES	MESES											
	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.
Colheita de Arroz												
Limpeza p/Feijão												
Plantio Feijão												
Venda Arroz												
Broca												
Derruba												
Queima												
Plantio Roças												
Extração Seringa												
Extração Castanha												
Colheita Feijão												

Obs.: As atividades de limpeza do P.I., da Rodovia, Projeto de Fruticultura, serão executadas de acordo com a disponibilidade de tempo, durante a execução deste cronograma.



PROGRAMA DE TRABALHO

MES / ANO	DESENVOLVIMENTO
JANEIRO/83	1ª Quinzena - Fim do fábriço de assar e/ a Condição 2ª Quinzena - Colheita das roças
FEVEREIRO/83	1ª Quinzena - Preparo do solo p/plantio feijão - 20 Ha. 2ª Quinzena - Colheita de arroz, milho etc.
MARÇO/83	1ª Quinzena - Em forma de múltiplo, roça em fase de des- matamento para novas roças - 20 ha.
ABRIL/83	1ª Quinzena - Elástico de feijão 2ª Quinzena - Borrachada geral para roças.
MAIO/83	1ª Quinzena - Continuação borrachada para roças 2ª Quinzena - Limpeza das estadas do sudeste
JUNHO/83	1ª Quinzena - Início do 1º fábriço de borracha
JULHO/83	1ª Quinzena - Período do fábriço de borracha 2ª Quinzena - " " " " " "
AGOSTO/83	1ª Quinzena - Período fábriço de borracha 2ª Quinzena - Queima das roças
SETEMBRO/83	1ª Quinzena - Final do 1º fábriço de borracha 2ª Quinzena - Aberto do Contín. sistema cooperativa
OUTUBRO/83	1ª Quinzena - PLANTIO GERAL DAS ROÇAS 2ª Quinzena - " " " "
NOVEMBRO/83	INÍCIO DO 2º Fábriço de borracha
DEZEMBRO/83	Período de fábriço de borracha.

Guajará-Mirim-(RO), 17. JAN. 83

*Edimio G. G. Oliveira*  
Chefe de Ajuda  
Faz. 6475-21-03-44



NOTAS

---

- (1) Curt Nimuendaju os classifica na família linguística Capakura, porém, no estudo feito por Alfred Metraux eles não são incluídos como uma das tribos desta família. Segundo os missionários da New Tribes do Brasil, que há cerca de 15 anos estudam sua língua, eles são de família linguística isolada.
- (2) Segundo relatório de Omar Landi Santos, ex-funcionário da FUNAI.
- (3) Relatório de Avaliação da Área dos Pakaa-Nova realizado por Edgard de Assis Carvalho e Lúcia H. Vitalli Rangel. FIPE, 1983.
- (4) Em 1983 foram produzidos 1966 Kg. da borracha, por 18 produtores, com uma média de 110 Kg. por produtor. A maior produção individual foi de 236 Kg. e a menor de 55 Kg.

CRONOGRAMA DE TRABALHO 1984 (DE ACORDO COM O REALIZADO EM 1983)  
P.I. IGARAPÉ RIBEIRÃO - AGRICULTURA E EXTRATIVISMO

MESES \ ATIVIDADES	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.
Colheita de Arroz												
Limpeza p/Feijão												
Plantio Feijão												
Venda Arroz												
Broca												
Derruba												
Queima												
Plantio Roças												
Extração Seringa												
Extração Castanha												
Colheita Feijão												

Obs.: As atividades de limpeza do P.I., da Rodovia, Projeto de Fruticultura, serão executadas de acordo com a disponibilidade de tempo, durante a execução deste cronograma.